

# OS “ESTAGIÁRIOS DE INCLUSÃO” NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE REDENÇÃO-CE: UMA ANÁLISE DO EDITAL N°001/2023<sup>1</sup>

Maria Marília Rodrigues da Silva <sup>2</sup>  
Maria Alda de Sousa Alves <sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a atuação dos “estagiários de inclusão” na escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira, em Redenção – Ceará, visando a compreender como a atuação destes pode beneficiar a Educação Inclusiva na rede pública do município. Tem-se como objetivos: descrever as atividades dos estagiários que estão previstas em edital municipal do ano de 2023; compreender a política de educação do município de Redenção e de que forma ela alinha-se à Educação Inclusiva, e, por fim, problematizar de que maneira se dá a formação e o acompanhamento dos estagiários para que estes atuem como suporte aos estudantes que demandam acompanhamento específico no âmbito escolar. Nesta investigação foi utilizado o método qualitativo, por meio de pesquisa exploratória, tendo como base a análise de documentos, a aplicação de questionários, a entrevista narrativa, a observação e o diário de campo como instrumentos de coleta de dados. Como suporte teórico, coloca-se Machado e Mantoan (2020), Ramos e Lockmann (2021), e ainda os editais do processo seletivo simplificado para estágio remunerado na área de Educação Inclusiva do município em estudo, a Lei nº 1750 de 30 de dezembro de 2019 e a Lei nº 1717 de 01 de fevereiro de 2019 (ambas municipais), a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Os achados apontam para uma série de questões em relação à atuação dos/as estagiários/as, que demandam uma reflexão mais aprofundada. Contudo, foi observado o quão importante e necessária é a atuação destes sujeitos para fins de garantia de direitos e efetivação da inclusão de estudantes com deficiência nas escolas municipais de Redenção, no Ceará.

**Palavras-Chave:** políticas públicas; Educação Inclusiva; estagiários de inclusão.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa, apresentada em formato de artigo, em 2023, trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

<sup>2</sup>Licencianda em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); integrante da linha de pesquisa e extensão Educação Inclusiva, Valorização das Diferenças e Políticas Públicas do GERE (UNILAB/UECE).

<sup>3</sup>Orientadora; professora adjunta do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); integrante do GERE; coordenadora da linha Educação Inclusiva, Valorização das Diferenças e Políticas Públicas; colaboradora do LAPRATICAS da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O trabalho em questão busca analisar o impacto dos estagiários de Educação Inclusiva<sup>4</sup> no processo de inclusão de alunos com necessidades específicas no ambiente escolar da rede municipal de Redenção – Ceará. Busca-se compreender de que modo é feita a seleção desses estudantes, e como se dá a sua atuação junto a estudantes que demandam apoio específico.

Conforme a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos, sendo dever do Estado e da família, com o apoio da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento das pessoas. Nessa perspectiva compreende-se que, no processo de escolarização, é necessário que as instituições de ensino ofereçam meios que garantam a inclusão e a permanência de todos os alunos no ambiente escolar. A escola deve, portanto, viabilizar ações que respeitem a singularidade de cada um, acolhendo bem a todos, sem fazer distinção de raça, cor, idade, religião, sexo, condição física, cognitiva ou financeira.

Assim, para que a escola seja boa e de qualidade é necessário que essa se atualize, transmitindo, construindo, e produzindo conhecimentos que se fazem urgentemente necessários hoje. Ela deve, ainda, garantir que seus educandos e educandas tenham gosto por aprender, pois, antes mesmo de impor-lhes algo, é preciso despertá-los para a vida, fazendo com que os mesmos sejam indivíduos atuantes, ou seja, protagonistas autônomos de sua história, sempre com um olhar voltado para o que cada um tem de melhor. Assim, suas potencialidades serão vistas, melhoradas e, conseqüentemente, reconhecidas.

Mantoan (2020) aponta que a escola é o lugar de troca de saberes, onde todos devem sentir-se acolhidos – tendo o prazer em estar ali, sem exclusões – e compreendam, de fato, que todos podem aprender de acordo com suas capacidades, sem comparações, fortalecendo a ideia de uma educação efetivamente inclusiva.

Para que haja uma melhor compreensão da educação brasileira em uma perspectiva inclusiva, faz-se necessário entender que ela é marcada por lutas que almejam a garantia dos direitos previstos nas leis brasileiras. Essas leis buscam assegurar às pessoas com necessidades específicas uma melhor qualidade de vida, reunindo um aparato de orientações normativas que dão suporte para que a inclusão no país seja efetivada. Neste estudo, a trajetória da Educação Inclusiva no Brasil estará em foco, por se tratar de uma análise voltada à educação das pessoas com deficiências, destacando o suporte que estas devem ter para o acesso e a permanência nas instituições de ensino, com vistas a uma educação inclusiva e de qualidade.

---

<sup>4</sup> No trabalho em questão, será utilizado o termo estagiários de Educação Inclusiva com base nas nomenclaturas mais utilizadas no processo seletivo do município analisado e expostas no Edital nº 001/2023.

A lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), considerada um importante mecanismo de garantia de direitos, reforça a ideia de que a educação é um direito de todos, devendo ser assegurada pelo Estado e pela família, com vistas a desenvolver as potencialidades das pessoas com deficiência de acordo com suas capacidades. Neste sentido, o poder público tem o dever de criar meios que possibilitem o acesso a permanências destes sujeitos nas instituições educativas, da educação básica ao ensino superior.

Nesta análise, em um primeiro momento, será necessário compreender a trajetória de regulamentação da atuação e nomenclatura dos profissionais que atuam como “apoio” escolar no Brasil, sob a ótica da Educação Inclusiva, tendo como suporte o documento referente à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), bem como à Lei Brasileira de Inclusão (2015). Inclui-se a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 1717 de 01 de fevereiro de 2019 (municipal) e os editais municipais que sinalizam a nomenclatura destes e sua forma de atuação nas escolas da rede pública, indicando um entendimento voltado ao estagiário de Educação Inclusiva com o principal objetivo de acompanhar alunos das instituições municipais de ensino que demandem apoio específico no ambiente escolar.

Considera-se que, ao longo dos anos, ocorreram diversas transformações com relação à educação, desde a forma de organização do espaço físico escolar, até mudanças direcionadas aos métodos de ensino. Este vem sendo aprimorado para incluir um número maior de alunos na rede pública. Os cursos de formação de professores e demais agentes escolares podem contribuir nesse sentido.

## **2 O ESTAGIÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA NOMENCLATURA A MAIS PARA DESIGNAR O PRIFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR?**

De acordo com Ramos e Lockmann (2021), ao longo do tempo e com a urgência de se ter profissionais que viabilizem suporte para a Educação Inclusiva no ensino regular, com funções diferentes do professor, diversas legislaturas apontam sobre como se daria a atuação destes profissionais. Diante disso, percebe-se que as menções a estes profissionais apresentam variações em suas terminologias, “[...] tais como profissional de apoio, auxiliar de ensino, estagiário de inclusão, apoio pedagógico, mediador ou monitor” (RAMOS E LOCKMANN, 2021, p. 76).

Conforme entrevista realizada em novembro de 2022 com o então vice-secretário de educação de Redenção, a necessidade de lançar o edital deu-se devido ao fato de que nos últimos anos foi diagnosticado um número significativo de crianças com deficiência nas escolas municipais da rede, e, como estas estão inseridas nas salas regulares, viu-se a necessidade de oferecer suporte para atendê-las em suas necessidades, tanto no intuito de adaptação de atividades curriculares como na locomoção e no autocuidado. Nessa perspectiva, o município lançou o edital para seleção de bolsistas destinados a estudantes universitários, com o intuito de atender a esta demanda e também contribuir para a formação de futuros profissionais da educação. A motivação inicial baseou-se em suprir a demanda de apoio aos alunos com deficiência, bem como atender às solicitações de professores, pais/responsáveis e cumprir as orientações de profissionais que chegavam através de laudos.

No ano de 2022, atuavam nas escolas 124 estudantes bolsistas<sup>5</sup>, no apoio a estudantes com laudo de recomendação de especialistas. Isso significa que cada um dos estudantes com necessidades específicas recebiam a devida atenção de seus respectivos estagiários. O vice-secretário de educação explica que os recursos utilizados para o pagamento das bolsas de estágio são oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), especificamente da parcela destinada aos 30%, cujo o investimento é feito pela própria prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação.

O estágio, seja ele remunerado ou curricular, é compreendido como a oportunidade prática de vivenciar o chão da escola, sob a ótica dedutiva de que, a partir desta experiência, o estudante em formação possa se deparar com a prática, com o inusitado, com o diferente, muitas vezes não contemplado nas teorias concernentes à formação do professor. De acordo com Pimenta e Lima (2005/2006),

O estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais em geral, em contraposição à teoria. Não é raro ouvir-se dos alunos que concluem seus cursos se referirem a estes como ‘teóricos’, que a profissão se aprende ‘na prática’, que certos professores e disciplinas são por demais ‘teóricos’. Que ‘na prática a teoria é outra’ (PIMENTA E LIMA, 2005/2006, p. 6).

A respeito disso, fica evidente a necessidade que o estágio tem de compor a teoria e a prática – em uma perspectiva que o caracteriza como indispensável ao processo de formação profissional, pois, através dele, a *práxis* é possível de ser executada, possibilitando uma

---

<sup>5</sup> Discentes regularmente matriculados e frequentando efetivamente cursos de Psicologia, Pedagogia, Humanidades ou licenciaturas, como Sociologia e outras, de diferentes instituições de ensino superior.

percepção ampliada sobre o meio em que aquele pretende atuar. Contudo, o estágio em questão tem um regimento específico que é orientado por meio de edital de seleção pública, o que, por sua vez, traz à tona a questão da inclusão, mas que se delimita apenas a questões físicas e não propriamente pedagógicas. Assim, faz-se necessário refletir acerca da formação e preparação prévia destes estagiários, da forma como eles são acompanhados pela Secretaria de Educação do Município de Redenção-CE e, ainda, acerca de como o suporte que eles recebem no quesito formativo é importante para a qualidade de sua atuação.

De acordo com o Art. 6º da Lei 1717 de primeiro de fevereiro de 2019 (lei municipal), fica evidente que este suporte e acompanhamento deve ser fornecido pela Secretaria Municipal de Educação (SME) através de psicólogos profissionais. Destaca-se ainda que as atividades realizadas pelos estagiários devem condizer com o curso superior do qual aqueles fazem parte. O processo formativo e o suporte ofertado a estes estagiários pela SME são um ponto que merece destaque, pois, com base nas entrevistas, a formação, de fato, ocorre. Contudo, os estagiários sentem falta de um suporte técnico mais específico, voltado a compreender de maneira mais profunda os tipos de deficiência e/ou transtornos, suas características e conceitos, bem como orientações mais específicas sobre como proceder com as crianças diante de determinadas situações que podem vir a ocorrer. É isso que nos revelam as narrativas destes estudantes entrevistados:

A gente tem uma formação, todo mês a gente se une, se reúne vários estagiários e eu acho que é uma formação um pouco deficiente, porque geralmente a gente vai contar nossa experiência. Conta algumas coisas que não está sendo legal e a psicóloga anota, mas ela não aprofunda muito sobre as “crianças deficientes”, como é que a gente tem que se portar. Geralmente a gente tem algumas dicas na escola, mas na formação, de fato, eu acho uma formação bem deficiente. Eu sempre saio assim, com a sensação de que está faltando alguma coisa. A gente só escutou, escutou e trocou experiência. Mas, de fato, se juntar, mostrar um *slide*, dizer que algumas crianças agem assim e outras não, eu sinceramente não escuto” (estagiário/a).

[...] Essa formação acontece quando eles marcam pra saber os nossos relatos, dar alguns informes, mas assim eu acho que muitas vezes não é muito suficiente. Por quê? A gente não tem preparo pra lidar com aquela criança, a gente está lidando com uma criança “especial”, mas a gente não tem aquela carga de capacitação pra lidar de fato com aquela criança. Aquela criança que tem aqueles momentos eufóricos às vezes fica triste, às vezes está animado, então muitas vezes a gente não sabe lidar (estagiário/a).

Percebe-se a importância dos processos formativos para esses sujeitos que estão diariamente no chão da escola, atuando com crianças que possuem necessidades específicas. Fica clara, ainda, a preocupação desses em aprender de forma mais aprofundada sobre quais mecanismos podem melhorar sua atuação para que, efetivamente, possam fornecer um apoio

com mais preparo para os estudantes que acompanham. Os mesmos demonstram um anseio e uma real preocupação com “sua” criança.

Segundo o processo seletivo de 2023, o estágio é acompanhado e supervisionado pela coordenação municipal do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Vale ressaltar que o AEE, na cidade de Redenção, é dividido em dois polos. O polo que se localiza na sede, e o outro, situado no distrito de Antônio Diogo, que atende a demandas específicas, por se tratar de um dos maiores distritos do município em termos populacionais. O trabalho desenvolvido pelo AEE conta com diversos profissionais, como psicólogo, psicopedagogo e professores que, além de oferecerem formação e acompanhamento, também realizam o atendimento clínico e pedagógico das crianças da rede pública de ensino do município que possuem necessidades educacionais específicas.

Ainda em relação ao Atendimento Educacional Especializado, é importante destacar o quantitativo de profissionais que atualmente desenvolvem o trabalho no município, sendo três (3) professores de AEE, quatro (4) psicopedagogas e duas (2) psicólogas, atendendo a oitenta e três (83) crianças/adolescentes da rede pública municipal. O Atendimento Educacional Especializado ocorria na Escola Maria Augusta Russo dos Santos, em salas específicas para tal. Contudo, segundo dados da direção técnica do AEE, a escola passou por mudanças para funcionamento integral do 9º ano. Com isso, o atendimento foi direcionado provisoriamente para outros espaços disponibilizados pela gestão. Vale ressaltar ainda que o município se encontra em processo de estruturação e normatização do Núcleo de Atendimento Psicossocial Educacional (NAPE) que integrará os atendimentos de AEE. Vale destacar que são os profissionais do AEE os responsáveis pela supervisão e condução da atuação dos estagiários de Educação Inclusiva no município.

### **3 O EDITAL N° 001/2023 COMO FERRAMENTA DE EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL**

Neste trabalho, deter-nos-emos à análise do último edital para estagiários de Educação Inclusiva do município de Redenção, o de número n° 001/2023. Para tanto, é importante fazer um breve aparato histórico da atuação desses sujeitos no município, fazendo ainda uma sucinta explanação do conceito de política pública.

Na cidade de Redenção-CE, a atuação dos estagiários de Educação Inclusiva dá-se por meio de processo seletivo simplificado, que acontece desde o ano de 2019, orientado por lei municipal, pelo qual é lançado o edital para estudantes de nível superior para modalidade de estágio remunerado não obrigatório. Aponta-se que os estagiários selecionados deverão atuar nas escolas municipais, na área da Educação Inclusiva, por um período de 6 meses, podendo ser prorrogado e ter sua duração máxima de 2 anos. Conforme o edital, os estagiários devem estar com sua matrícula regular em cursos de “licenciaturas, Humanidades, Pedagogia ou Psicologia”.<sup>6</sup>

Em 2022, o processo seletivo contou com dois editais similares, tendo o último algumas modificações em relação à especificação das atividades exercidas pelos estagiários em sua última publicação. No primeiro edital, o de nº 001/2022, é possível perceber uma delimitação mais específica no que se refere à atuação dos estudantes, sinalizando que a função dos estagiários é voltada para profissionais de apoio baseado no documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Neste edital é afirmado que as atividades dos estagiários serão relacionadas ao apoio a estudantes que necessitem de auxílio em suas atividades relacionadas à locomoção, à higiene, à alimentação e a outras formas que possam demandar esse auxílio. Já no último edital lançado, o de nº 002/2022, essa delimitação não ocorre, deixando assim abertura para um entendimento mais amplo em relação à atuação dos estagiários. É importante destacar que desde a aprovação e a implementação da Lei 1717/2019 (lei municipal), os editais lançados vêm ampliando o quantitativo de vagas para os estagiários. Até o final do ano de 2022 já se somavam mais de 100 vagas de estágio remunerado não obrigatório.

Em 2023, no processo seletivo de nº 001/2023, para estagiários da Educação Inclusiva do município, a delimitação da atuação dos estagiários volta a aparecer, sendo semelhante à do processo de nº 001/2022. Aquele também apresenta alteração no que se refere à comissão de estágio, quando se alteram alguns de seus membros, e em relação às vagas ofertadas, uma vez que se aponta a necessidade de sessenta (60) vagas de estágio para o processo atual.

### **3.1 Esboçando algumas definições de políticas públicas**

---

<sup>6</sup> Lei 1717, de 01 de fevereiro de 2019, Art. 1º (lei municipal de Redenção).

Nos últimos anos muito se tem falado sobre políticas públicas. *A priori*, é necessário que haja uma breve conceituação em relação ao significado dessa terminologia, ou seja, o que pode ser considerado uma política pública e quem é responsável por executá-la.

Segundo Mantiskei (2004), o Estado é o principal responsável pela implementação das políticas públicas, uma vez que a este é destinada “[...] a tarefa de buscar novos caminhos para a superação de alguns obstáculos presentes no seio social que distanciam os segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços, e no caso específico da inclusão escolar, do direito à educação” (MANTISKEI, 2004, p. 187).

Neste sentido, percebe-se que o Estado tem um papel fundamental na execução de uma política pública, sendo necessário compreender que esta deve buscar inserir, ampliar e dar garantia ao acesso de direitos por grupos diversos, que historicamente vêm sendo excluídos na sociedade. Conforme aponta Mantiskei (2004), esses grupos são formados por “pessoas em situação de pobreza extrema, por sua condição de cor, raça e etnia, por diferenciações em sua compleição física ou cognitiva, por vulnerabilização, por sua escolha política, religiosa ou de orientação sexual, entre tantas outras possibilidades” (MANTISKEI, 2004, p. 187). Em uma perspectiva de inclusão no campo educacional, a autora aponta ainda que é necessário ter um direcionamento bem planejado para a criação e a execução de programas e projetos voltados à inclusão escolar.

Desta forma, é possível compreender as políticas públicas como importante ferramenta de garantia de direitos a grupos sociais tidos como excluídos da sociedade. No caso das políticas educacionais inclusivas, essas são indispensáveis para os avanços necessários, não apenas no âmbito escolar, mas na sociedade de um modo geral, pois “a inclusão escolar para alunos com necessidades educacionais especiais extrapola os limites dos muros da escola e exige um enfoque intersetorial de políticas de apoio [...]” (MANTISKEI, 2004, p. 198). Ainda segundo a autora, este é um processo transformador, que evolui gradativamente e requer do poder público uma reponsabilidade em oferecer e manter serviços que efetivamente respeitem as diferenças distintas de cada indivíduo com atendimentos adequados às suas especificidades (MANTISKEI, 2004).

Diante do exposto, é possível entender que a atuação dos estagiários no município de Redenção trata-se de uma política pública educacional inclusiva, haja vista que seu direcionamento é regido por lei municipal e orientado por editais que se baseiam principalmente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), de 2015. Nesse aspecto, duas orientações podem ser norteadoras para a atuação dos estagiários no município: a primeira,



voltada a atividades de apoio escolar , quando, em seu Art. 3º, Capítulo XIII, a LBI estabelece que suas práticas sejam voltadas a atividades relacionadas a viabilizar acessibilidade e comunicação de acordo com a necessidade individual de cada aluno, cooperando em sua locomoção, alimentação e higiene pessoal (BRASIL, 2015); a segunda orientação aponta para as funções de acompanhante, segundo o mesmo artigo da referida lei, em seu Capítulo XIV, ao descrever, desta maneira, a função do “acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal” (BRASIL, 2015). De fato, esse profissional pode assistir à pessoa com deficiência em suas atividades básicas e essenciais.

Em relação à interação e à integração dos/as professores/as com estes estudantes e com os/as estagiários/as, percebe-se uma aproximação no sentido da não diferenciação destes sujeitos, dando-lhes atenção sem distinção às particularidades de cada um dentro e de suas possibilidades, considerando, ainda, os/as estagiários/as como atores importantes no processo de inclusão escolar. Isso pode ser constatado pela seguinte afirmação: “[...] eu tenho uma assistente que é maravilhosa, tanto é que a mãe também reconhece isso nela” (Professor/a entrevistado/a).

#### **4 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Este trabalho foi guiado por análises qualitativas. De acordo com Creswell (2007), as diversas formas de realizar uma pesquisa qualitativa buscam compreender a concepção da realidade por meio dos significados que os indivíduos em estudo atribuem a ela. Desse modo, as ações do pesquisador não se limitam apenas à descrição dos comportamentos humanos, mas elas vão além. Com isso, o investigador tem a possibilidade de compreender um saber distinto em cada sujeito que vivencia determinada realidade.

A pesquisa exploratória contribuiu com este estudo. Ela resulta em estabelecer uma relação de proximidade do pesquisador com o objeto por ele estudado. Assim, as informações que são fornecidas através do meio em que se encontram o objeto estudado favorecem a elaboração de hipóteses de pesquisa (VIANNA, 2001). Esta se deu através da aplicação de questionário *on-line*, com perguntas e respostas de múltipla escolha e com abertura a algumas perguntas de respostas livres, o que ofereceu aos estagiários um amplo leque de possibilidades. Contou-se ainda com a análise de documentos – leis e editais, entrevistas narrativas e diário de

campo – que teve como propósito observar a interação/participação dos estagiários dentro do ambiente escolar.

Segundo Bauer e Gaskell (2002), a entrevista narrativa leva em consideração análises de casos próprios ou de políticas locais, bem como projetos nos quais diversos pontos de vista estão em questão e pertencem a uma situação em comum. Com isso, desenha-se um cenário amplo acerca dos acontecimentos, incluindo a conjunção dos relatos individuais e das vivências com contextos históricos e sociais.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Edmilson Barros de Oliveira foi o *locus* desta pesquisa para fins de amostra. A instituição localiza-se no município de Redenção, no Ceará, funcionando exclusivamente para atender às demandas voltadas ao Ensino Fundamental I (1º a 5º ano) e possui ainda atividades complementares que contam com apoio escolar em várias disciplinas, por intermédio de programas e projetos.

Em maio de 2023, a referida escola contava com mais de trezentas (300) crianças matriculadas, estudando em períodos diferentes – turnos manhã e/ou tarde. Dentre estas crianças, constam vinte e oito (28) com necessidades específicas apontadas por laudo, as quais estão sendo assistidas em ambiente escolar pelos estagiários, totalizando, assim, vinte e oito (28) estagiários de inclusão na mesma instituição. É importante destacar que tanto o número total de estudantes como a quantidade de alunos com deficiência podem variar no decorrer do ano.

A escola campo desta pesquisa possui nove salas de aula, uma sala de diretoria e uma sala de professores. Conta ainda com uma secretaria, uma recepção, uma sala de leitura, um depósito, um almoxarifado, uma cozinha, um pátio coberto, uma área descoberta e nove banheiros. Destes, cabe destacar que alguns estão dentro dos padrões de acessibilidade.

Em termos de análise documental a pesquisa iniciou-se em novembro de 2022. Os documentos examinados foram a Constituição Federal de 1988, as leis municipais, e outros documentos voltados à Educação Inclusiva que favoreceram a elaboração dos editais do município de Redenção direcionados aos estagiários de Educação Inclusiva, tais como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Já a pesquisa na EMEF Dr. Edmilson Barros de Oliveira teve início em abril de 2023, quando se apresentou a ideia do estudo e foi pedido permissão à direção da instituição para a realização da pesquisa no local. Durante o mês de maio de 2023 foram realizadas a observação no ambiente escolar, a aplicação do questionário *on-line* enviado via *WhatsApp* e a entrevista.

No que diz respeito à observação no “chão” da escola, os registros foram feitos em um diário de campo. De posse deste instrumento foi possível registrar a interação professor/estagiários/alunos. Esta observação ocorreu durante 2 (dois) dias. Houve a necessidade de delimitar a observação a uma turma e sala específica, de modo que foi escolhida a sala do 5º ano, no período da tarde. Os critérios de escolha foram baseados em informações da escola, por se tratar de uma turma com maior número de atuação de estagiários de Educação Inclusiva. Com base nos registros, percebeu-se que a turma contava com 19 (dezenove) estudantes, sendo estas crianças entre 9 e 10 anos. Em ambos os dias, 13 (treze) estavam na sala de aula.

Das crianças assistidas pelos/as estagiários/as duas (2) estavam presentes. Ambas apresentavam especificidades distintas, mas com um diagnóstico em comum, pois, segundo relatos do/a professor/a da turma, em conversa individual, o diagnóstico delas era Transtorno do Espectro Autista. Das três (3) crianças assistidas na sala de aula duas (2) eram gêmeas. Foi observado ainda que as três crianças eram do sexo masculino. Uma observação relevante em sala de aula foi o fato de que uma das crianças não conseguia acompanhar os conteúdos da aula, tendo dificuldade em reconhecer as letras e formar sílabas, mas, mesmo assim, ela estava no 5º ano. Já a outra criança observada compreendia e acompanhava os conteúdos da aula, sabia ler e escrever. Contudo, essa tinha muita sensibilidade ao som, o que por vezes a incomodava.

Ressalto que um dos anseios dos/as professores/as é o apoio pedagógico e a formação específica para atender a essas demandas tão emergentes, uma vez que a preparação para atuar com qualidade na sala de aula da Educação Inclusiva de forma eficaz ainda é escassa. De fato, deve-se considerar “[...] a falta de apoio técnico/tecnológico e pedagógico na escola e falta de formação, em menor intensidade, com a falta de infraestrutura tecnológica, impactando na didática pedagógica [...]” (MENDES, SOUZA NETO, SEPTIMIO 2018, p. 99). Essa citação está de acordo com o contexto apresentado por este trecho da narrativa de um/a professor/a entrevistado/a:

Eu não tô vendo uma preocupação por parte da secretaria de educação aos professores e essas crianças. No sentido de formação, a questão do material didático. Se uma escola tem um censo você relata que uma criança tem uma necessidade especial, você coloca o número de registro do laudo. Por que não tem materiais adequados para essas crianças? Por que que a responsabilidade só é do professor em fazer um atendimento personalizado? (Entrevista com professor/a).

Diante disso, é possível ainda perceber que, de certo modo, essa escassez de formação na área da Educação Inclusiva pode afetar ainda a forma como o/a professor/a se organiza e

planeja suas atividades, uma vez que esse pode sentir-se desorientado e sem um direcionamento de como planejar de forma inclusiva, não conseguindo, assim, otimizar o seu tempo, conforme aponta o relato a seguir:

Uma dificuldade que a gente tem é em relação à preparação de uma atividade diferenciada, porque eu só tenho um dia de planejamento, que é quatro horas na escola, e nessas quatro horas eu tenho que planejar as minhas aulas, e às vezes não dá tempo eu planejar um jogo diferente (professor/a entrevistado/a).

Com base nisso, precisamos refletir, também, sobre como planejar de modo a incluir a turma toda. Desta forma, devemos nos questionar sobre a necessidade e preparação de uma aula efetivamente inclusiva, que possa integrar todas as crianças presentes na aula, sem fazer distinção por quaisquer que sejam as condições. Dá-se isso no sentido de incluir com equidade, e não apenas no sentido de fazer algo diferente para uma determinada criança, quando as demais da sala não participam do mesmo processo, o que pode gerar ainda mais exclusão. Neste aspecto, é interessante indagarmos: o planejamento inclusivo, de fato, possibilita a aprendizagem das crianças com necessidades específicas por meio de aulas com recursos diversificados, ou ele aponta somente para a necessidade de planejar algo diferente para as crianças com deficiência, enquanto as demais que estão em sala de aula estão realizando outras atividades?

No tocante à aplicação do questionário *on-line*, aquela ficou aberta a todos os estagiários da escola, para ampliar a coleta de dados, sempre deixando clara a não obrigatoriedade em responder, mas incentivando os mesmos a colaborarem de forma voluntária com a pesquisa. Este contato foi realizado com o apoio da coordenação escolar, que encaminhou o formulário eletrônico para o grupo de “estagiários de inclusão”.

Dentre os vinte e oito (28) estagiários/as que atuavam na EMEF Dr. Edmilson Barros de Oliveira, doze (12) responderam ao questionário *on-line*, sendo sete (7) do sexo masculino e cinco (5) do sexo feminino, de diversas nacionalidades, sendo 50% nacional e 50% internacional, a maioria com idade entre 18 a 25 anos. Vale destacar que todos/as estudantes que responderam ao questionário são estudantes da UNILAB, de diversos cursos da instituição, sendo a grande maioria da área de Ciências Humanas. Contudo, houve uma resposta referente ao curso de Ciências Biológicas. É importante relatar que 41,7% informaram que acompanhavam crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), 33,3% do Transtorno do Espectro Autista (TEA), 16,7% informaram não ter conhecimento sobre a especificidade acerca das crianças que apoias e o restante informou que ainda não teve

acesso ao laudo. A grande maioria apresenta dificuldade de concentração, socialização e motora, conforme apontaram os dados do formulário *on-line*.

Observou-se que a principal motivação dos estagiários para fazerem parte da seleção foi o fato de eles adquirirem experiência na área enquanto futuros docentes. Em seguida, poder contribuir para a Educação Inclusiva do município e, também, pela remuneração da bolsa de estágio. Inclusive, foi constatado pela entrevista que os/as estagiários/as gostariam que o valor aumentasse, diante da necessidade enfrentada pela realidade de muitos atualmente no município. Isso é o que se observa no exemplo desta citação: “[...] eu gostaria que tivesse um aumento. Eu acho que se você for estagiário e estiver vivendo em Redenção só com R\$ 500,00, eu acho que não é muito bom. Seria bom se tivesse um aumento [...]”.

Os estagiários declararam, ainda, já terem recebido formação por parte da Secretaria Municipal de Educação de Redenção – Ceará. Em relação ao quantitativo de crianças às quais aqueles prestam assistência, de forma unânime, foi respondido que cada um deles assiste apenas a uma criança. Contudo, cabe salientar que se pode constatar um anseio por parte de alguns estagiários em colaborar com apoio a outras crianças que precisam, conforme este relato:

Quando eu iniciei tinha três (3) crianças especiais dentro da minha sala. É claro que eu tinha minha criança específica, mas é claro também que eu não iria ignorar os demais que tava ali dentro da sala, e que precisava de atenção e cuidado. Então, eu tive essa vontade própria de lidar com os três (3) até certo ponto, mas é claro que é um pouco cansativo, porque são três crianças especiais com seus próprios comportamentos (...), e depois entrou uma cuidadora pra outra criança, e a outra criança transferiu-se pra outra escola (entrevista com estagiário/a).

Por outro lado, é importante destacar que, em algumas situações, como esta que se apresenta a seguir, pode ocorrer uma certa distorção no entendimento dos professores no que se refere ao papel dos estagiários na sala de aula:

Olha, porque agora é uma professora, mas no ano passado foi outra. A do ano passado eu via ela tentando integrar ele. Mas em questão de atividades pedagógicas ela não era muito presente. Ela pedia, ela delegava mais para mim, como se fosse minha responsabilidade fazer esses papéis. Tanto que tinha vezes que eu ficava muito/a estressado/a porque ela estava vendo que eu estava com ele e ficava me pedindo para fazer algumas atividades que era obrigação dela levar. Geralmente ela ficava: é bom trazer isso, é bom trazer aquilo, mas ela não fazia a parte dela (entrevista com estagiário/a).

Em relação às entrevistas, estas foram realizadas com dois estagiários de inclusão e um/uma professor/a. Estes também colaboram de forma voluntária, tendo ciência de que seu relato estava sendo gravado apenas para fins de pesquisa. Em hipótese alguma sua identidade

seria revelada, ambos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nesse documento foi destacado que, diante da necessidade de citação de trechos da entrevista, seriam utilizados nomes fictícios ou outros termos para as respectivas nomeações.

Ficou evidente que os/as estagiários/as se sentem bem na escola. Porém, ainda há algumas barreiras que podem distanciá-los, não permitindo um maior envolvimento, o que pode afetar suas relações com os demais integrantes da escola e com o meio propriamente dito. Isso se evidencia nesta fala, por exemplo: “em determinados momentos eu me sinto parte da escola, mas às vezes, eu e outros cuidadores, a gente já escutou rumores de que parece que o nosso trabalho é fácil, que a gente não faz muita coisa. A gente já escutou várias coisas assim, que deixa a gente bem triste” (estagiário/a entrevistado/a).

A entrevista narrativa foi de extrema importância na elucidação das questões que permeiam a atuação dos/as estagiários/as. Com este instrumento de coleta de dados ficou evidente a importância da atuação dos estagiários, bem como as melhorias que se fazem necessárias no sentido de aperfeiçoamento desta política pública, que foi sendo desenhada no município. Isso pode garantir que os/as estagiários/as atuem de forma qualificada, e que suas funções sejam claras, tanto para eles quanto para os professores, havendo compromisso mútuo por ambas as partes, como aponta a narrativa deste estagiário:

[...] Eu tenho gostado, por mais que seja um desafio (...). Eles falam, a turma toda: eu não quero que você saia, se você sair eu vou atrás de você, eu fico assim, meu coração fica cheio de gratidão, de orgulho, porque eu acho que eu tô, é... Desses retornos dessas crianças principalmente, que eu vejo que eu tô fazendo um bom trabalho (estagiário/a entrevistado/a).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação dos/das estagiários/as de inclusão na rede pública de Redenção – Ceará faz-se de uma política pública que vem se estruturando desde o ano de 2019 e sem dúvida traz reflexões importantes acerca dos avanços da Educação Inclusiva nas escolas públicas da cidade. Esta é uma temática de extrema importância para que a inclusão de fato ocorra, não apenas no âmbito escolar, mas também fora dos muros da escola, através de uma ampla visão da população em relação à atuação destes sujeitos como fortalecimento na garantia de direitos de crianças com necessidades específicas.

Com base neste estudo, de caráter exploratório, ficou evidente que uma série de questões precisam ser melhoradas, questões essas que vão desde o entendimento da atuação dos estagiários ao cumprimento de normas da escola. Inclui-se, nesse caso, a melhoria da remuneração, a questão das formações, a relação de planejamento e interação dos/as estagiários/a com os demais agentes da educação, dentre outras. Contudo, a política pública que foi implementada do município é vista como algo de extrema importância, tanto na concepção dos professores, quanto no entendimento dos/as estagiários.

As análises dos relatos apontam para o fato da grande contribuição destes sujeitos na Educação Inclusiva do município, principalmente em relação aos benefícios para as crianças que são assistidas. Tal benefício abrange a educação de forma geral, sendo benéfico, também, para os estudantes universitários estagiários/as que têm a oportunidade de experiências diversas em sua formação profissional, principalmente aqueles que futuramente estarão atuando como professores em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem: Um manual prático.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Casa Civil, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política pública de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva,** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso: 19 de janeiro de 2023.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 13.146, de 06 de junho de 2015.** Institui a lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, 248 p.
- MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação e inclusão: entendimento, proposições e práticas.** Blumenau: Edifurb, 2020.
- MANTISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas.** Educar, Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004.
- MENDES, Geovana M. L.; SOUZA NETO, Alaim; SEPTIMIO, Caroline. O “não saber” como retórica constante: aproximações entre os observatórios de educação especial e de políticas de

inserção de tecnologia. **Revista Teias** v. 17, nº 46, jul/set 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25647/18549>. Acesso: 13 de junho de 2023.

PIMENTA, Selma G. & LIMA, Maria Socorro L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, Volume 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2005/2006.

RAMOS, Any Carolina de Abreu; LOCKMAM, Kamila: “A emergência e a função do monitor de inclusão: um olhar sobre as políticas oficiais”. *In*: NOZU, Washington Cesar Shoiti; SIEMS, Maria Edith Romano; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Políticas e práticas em educação especial e inclusão escolar**. Curitiba: Íthala, 2021, p. 75-89. Disponível em <https://www.ithala.com.br/wp-content/uploads/2021/07/e-book-politicas-e-praticas-em-educacao-especial-e-inclusao-escolar.pdf>. Acesso: 15 de janeiro de 2023.

REDENÇÃO. **Lei nº 1717 de 01 de fevereiro de 2019**. Dispõe sobre a instituição de estágio para acompanhamento de estudantes no apoio específico no horário escolar em decorrência de deficiência física ou intelectual que afete a aprendizagem e dá outras providências. Disponível em: [https://redencao.ce.gov.br/arquivos/291/LEIS\\_1717\\_2019\\_0000001.pdf](https://redencao.ce.gov.br/arquivos/291/LEIS_1717_2019_0000001.pdf). Acesso: 13 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei N. 1750 de 30 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre Alteração do artigo 3º no que pertence exclusivamente à quantidade de vagas de monitores/estagiários para acompanhamento de estudante no horário escolar. Disponível em: [https://redencao.ce.gov.br/arquivos/436/LEIS%20MUNICIPAIS\\_1750\\_2019\\_0000001.pdf](https://redencao.ce.gov.br/arquivos/436/LEIS%20MUNICIPAIS_1750_2019_0000001.pdf). Acesso: 13 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. **Processo Seletivo Simplificado: Edital n. 001 de 04 de fevereiro de 2019**. Disponível em: [https://redencao.ce.gov.br/arquivos/265/EDITAL\\_001\\_2019\\_0000001.pdf](https://redencao.ce.gov.br/arquivos/265/EDITAL_001_2019_0000001.pdf). Acesso: 06 de setembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. **Processo Seletivo Simplificado: Edital n. 001 de 16 de fevereiro de 2022**. Disponível em: [https://redencao.ce.gov.br/arquivos/677/EDITAL\\_001\\_2022\\_0000001.pdf](https://redencao.ce.gov.br/arquivos/677/EDITAL_001_2022_0000001.pdf). Acesso: 12 de setembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. **Processo Seletivo Simplificado: Edital n. 002 de 18 de julho de 2022**. Disponível em: [https://redencao.ce.gov.br/arquivos/727/EDITAL\\_002\\_2022\\_0000001.pdf](https://redencao.ce.gov.br/arquivos/727/EDITAL_002_2022_0000001.pdf). Acesso: 12 de setembro de 2022.



\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. **Processo Seletivo Simplificado: Edital n. 001 de 31 de janeiro de 2023.** Disponível em: [https://redencao.ce.gov.br/arquivos/778/EDITAL\\_001\\_2023\\_0000001.pdf](https://redencao.ce.gov.br/arquivos/778/EDITAL_001_2023_0000001.pdf). Acesso: 09 de maio de 2023.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. *In: Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 16jul/dez. 2006, p. 20-45.

VIANNA, I. O. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.